

Ações. Governo quer ampliar cobertura do programa federal

Mapa da Pobreza inclui Bolsa-Família estadual

Governo encomendou ao Instituto Jones dos Santos Neves estudo para analisar viabilidade do programa

VITOR VOGAS

vvogas@redegazeta.com.br

■ O governo estadual encomendou ao Instituto Jones dos Santos Neves um estudo de impacto para analisar a viabilidade de um programa de transferência de renda, com o objetivo de combater a pobreza no Espírito Santo. De acordo com a versão preliminar do “Mapa da Vulnerabilidade no Espírito Santo”, apresentada ontem à equipe de governo pelo secretário de Assistência Social, Rodrigo Coelho (PT), esse programa, se concretizado, teria dois vieses:

Primeiramente, ele repassaria um valor adicional às famílias que já recebem o Bolsa-Família, o programa de transferência direta de renda do governo federal que beneficia famílias com renda mensal per capita igual ou inferior a meio salário mínimo (R\$ 255,00). Nesse caso, poderiam ser priorizadas as famílias com crianças de zero a seis anos, chefiadas por mulheres, formadas por pessoas negras, vivendo em domicílio sem esgotamento e sem infraestrutura adequada.

O outro viés do programa estadual complementar seria a



RAIO-X. Equipe de Casagrande conhece a versão preliminar do “Mapa da Vulnerabilidade no Estado”

transferência de renda a todas as famílias que, embora estejam inscritas no Cadastro Único do Bolsa-Família, não estão recebendo o benefício. Segundo Coelho, das 220 mil famílias capixabas hoje cadastradas no programa, 30 mil não estão sendo efetivamente contempladas. No bairro Santa Paula, em Cariacica, por exemplo, das 156 famílias inscritas no programa federal, 100 não estão sendo atendidas, o

que resulta num índice de efetividade de apenas 35,9%.

Por isso, conforme o secretário de Planejamento, Guilherme Pereira (PSB), a prioridade do governo é identificar as falhas do Bolsa-Família federal no Estado e aumentar a resolutividade do programa, para só depois, se constatada a necessidade, entrar com um programa estadual de complementação de renda.

A versão preliminar do “Ma-

pa da Vulnerabilidade”, documento que vai orientar os programas sociais do governo, foi elaborada com base nos dados do Cadastro Único – critério mais confiável para identificação das famílias pobres, enquanto não se consolidam as informações do Censo 2010. O governo considera “pobres” todas as famílias cuja renda domiciliar per capita não ultrapassa R\$ 157,56 por mês.

SECOM